

# O PAPEL DA MÍDIA NA GUERRA AO TERROR: O CASO DA SUSPEITA TERRORISTA NA TRÍPLICE FRONTEIRA ARGENTINA-BRASIL-PARAGUAI

## THE MEDIA'S ROLE IN WAR ON TERROR: THE CASE OF THE SUSPECTED TERRORIST IN THE TRIPLE BORDER ARGENTINA- BRAZIL-PARAGUAY

Ana Maria de Souza Teixeira<sup>1</sup>

### **RESUMO:**

Novas tecnologias de informação e comunicação trouxeram diversas mudanças ao exercício político no cenário internacional contemporâneo. Um exemplo recente disso é o papel da mídia na guerra ao terrorismo promovida pelos Estados Unidos após o 11 de setembro, contexto do qual a América do Sul, e em especial a Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, faz parte. Com o objetivo de compreender como a questão da suspeita terrorista emergiu na região, este artigo pretende analisar a campanha pela securitização da Tríplice Fronteira na mídia e suas implicações políticas.

### **ABSTRACT:**

New information and communication technologies have brought many changes to the political exercise in the contemporary international scene. A recent example is the media's role in the war on terror promoted by the United States after September 11, context in which South America, and in particular the Triple Border Argentina-Brazil-Paraguay, takes part. Aiming the understanding of how the question of the suspicion about terrorist cells in the region emerged, this article proposes an analysis of the Triple Border Area's securitization campaign in the media and its political implications.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

mídia, relações internacionais, guerra ao terror, tríplice fronteira.

### **KEYWORDS:**

media, international relations, war on terror, triple border.

---

1 Mestranda em Ciências Culturais pela Universidade de Constança, Alemanha. Bacharel em Relações Internacionais pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-Sul). E-mail: ana.de-souza-teixeira@uni-konstanz.de

## Introdução

Historicamente, o desenvolvimento e a aplicação dos meios de comunicação estão, assim como o progresso tecnológico em geral, inevitavelmente entrelaçados com o desenrolar de guerras, dinâmica que pode ser observada desde a invenção do telégrafo até o aperfeiçoamento de computadores (MATELLART, 2001). Na presente sociedade de informação em rede, o vínculo histórico entre o uso de mídias e o fazer político se transforma significativamente, mas não se rompe. Ainda que o grau de penetrabilidade de mensagens seja cada vez maior, e que mesmo indivíduos tenham a oportunidade de difundir informações em diversos meios, a relação entre o espaço midiático e o cenário político permanece altamente complexa e excludente (KEOHANE e NYE, 1998). Uma amostra interessante disso é o levantamento da suspeita sobre a existência de células terroristas na região da Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, o qual foi exposto extensivamente à opinião pública internacional, especialmente no contexto pós-11 de setembro de 2001.

Ainda que o Brasil possua nove intersecções que envolvem fronteiras de três países, a junção com Argentina e Paraguai é a mais relevante delas. Estratégica desde a época da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), a região abriga a principal reserva natural de água potável da América Latina, o aquífero Guarani, além de representar um dos pontos mais importantes de movimentações comerciais e fluxos humanos na América do Sul. Localizadas no ponto de convergência dos rios Paraná e Iguazu, as cidades contíguas de Puerto Iguazu (Argentina), Foz do Iguazu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai) somam uma população de mais de setecentos mil habitantes, e, interligadas pelas Ponte da Amizade e Ponte Tancredo Neves, formam um “sistema internacional urbano” (RIBEIRO, 2006, p.253), o qual dá especialidade à Tríplice Fronteira quando comparada às outras fronteiras tríplexes do Brasil.

No pós-Guerra Fria, a confluência Argentina-Brasil-Paraguai passa a fazer parte do escopo de tentativas pontuais de securitização por parte dos Estados Unidos na América Latina. Temas como pirataria, informalidade, narcotráfico e contrabando ganham relevância nessa discussão, e repercutem na mídia já no início da década de 1990, quando órgãos estadunidenses buscam identificar novas ameaças hemisféricas que surgem com o fim da bipolaridade (AMARAL, 2010). Mais recentemente, também a suspeita da existência de células terroristas na Tríplice Fronteira tornou-se um debate importante. Independentemente da comprovação de existência de tais células na região, o engajamento estadunidense na securitização da Tríplice Fronteira insere definitivamente a América do Sul no contexto de guerra ao terrorismo (PAGLIAI, 2006).

Uma das peculiaridades da ‘Guerra ao Terror’ promovida pelos Estados Unidos no pós-11 de Setembro é que o seu inimigo é pouco definido e de difícil

remoção. As controvérsias que envolvem a definição do termo 'terrorismo', ainda que não sejam a causa da sua dificultosa eliminação, contribuem para a mobilidade na classificação do inimigo terrorista. Além disso, um aspecto fundamental da campanha antiterrorismo é que esta tem na mídia o principal espaço em que as impressões políticas são capturadas pela opinião pública internacional (CAMARGO, 2010). Essa característica se faz explícita já nos instantes imediatamente subsequentes aos ataques de 11 de setembro de 2001, quando uma bateria de imagens em tempo real invade a casa de espectadores ao redor do mundo por meio da televisão, da Internet e da imprensa. O ocorrido foi experimentado visual, digital, global e simultaneamente como nenhum evento anterior, o que reforçou a mudez (*speechless*) que o 11 de Setembro provocou. Quase despidas de texto, as imagens dos atentados estamparam páginas inteiras de jornais e revistas do mundo todo e, apesar da transmissão contínua por diversos meios, tal exposição do fato ao público não facilitou a sua compreensão (RESENDE, 2010).

Partindo da premissa de que vivemos em um momento de transição da ordem mundial, e de que a revolução informacional deve ser obrigatoriamente considerada na observação do sistema internacional, este artigo pretende averiguar em que grau a mídia serviu de instrumento político para a inserção da Tríplice Fronteira não apenas na agenda interamericana de segurança, mas também na lógica de combate ao terrorismo. Para tanto, faz-se necessário, primeiramente, explicitar certos conceitos que servirão de base para a análise proposta, dentre eles as noções de interdependência complexa, *agenda setting* e securitização. Em seguida, serão expostas certas diretrizes da política externa estadunidense, bem como um panorama sobre cooperação e segurança coletiva nas Américas, para que, então, a questão da suspeita terrorista na Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai possa ser examinada de maneira mais aprofundada.

### **Dinâmicas da ordem mundial em transição: interdependência complexa, agenda setting e securitização**

Na teoria de interdependência complexa (KEOHANE e NYE, 1998), há a ideia central de que vivemos em um mundo em que poderio militar importa menos que antigamente, estando os Estados conectados por múltiplas relações sociais, econômicas e políticas. Essa percepção se dá pela constatação de que as interações no sistema internacional não resultam apenas em um novo equilíbrio de forças, mas também que determinadas dinâmicas podem abalar um Estado mesmo que este não esteja envolvido em determinado conflito, como ocorre no caso de uma disputa cambial. Ainda, as relações de interdependência sempre implicarão custos para os envolvidos, e nada garante que os resultados gerarão benefícios mútuos.

Em um mundo em que a interdependência é mais acentuada, o aumento expressivo do número de canais de comunicação entre as sociedades permite que a informação tenha um papel cada vez mais abrangente nas relações políticas internacionais. Não obstante, temas clássicos da política - como quem governa e em que termos - permanecem relevantes. Isso acontece porque a informação não circula no vácuo, mas sim em um espaço político que já está definido e ocupado. Ou seja, a revolução informacional altera padrões de interdependência complexa por aumentar exponencialmente o número de canais de comunicação na política mundial, mas, por esse processo se desenrolar no contexto de uma estrutura política já existente, seus efeitos nos fluxos dos diferentes tipos de informação variam amplamente. Nesse sentido, pode-se inferir que as transformações na sociedade da informação em rede ocorrem de maneira mútua: a estrutura política modela a revolução informacional e vice-versa. (KEOHANE e NYE, 1998).

Tendo em vista que a informação adquire preponderância no século XXI como uma fonte de poder, é preciso atentar para a possibilidade de a interdependência assimétrica<sup>2</sup> se acentuar. Assim como nas trocas comerciais o poder está nas mãos de quem pode manter ou romper contratos, o poder da informação se concentra em quem pode dar credibilidade à mesma, editando-a de acordo com o que considera correto e/ou importante. Nesse contexto, órgãos de inteligência cumprem um importante papel na legitimação de determinada informação, a qual é, então, divulgada mundialmente por um oligopólio de agências de notícias. Essa dinâmica tão corriqueira de produção e propagação de informações demonstra que, ao contrário do que se poderia esperar, a revolução informacional não descentralizou ou equalizou significativamente o poder sobre a informação entre os Estados. Se muito, teve o efeito oposto (KEOHANE e NYE, 1998).

Além disso, a concentração de informações nas mãos de um diminuto conglomerado de agência de notícia revela uma lógica dupla na sociedade da informação em rede: a econômica, que segue o funcionamento de uma empresa e, portanto, tem por finalidade fabricar e vender um produto; e a simbólica, que faz com que o organismo de informação participe da formação da opinião pública (CHARADEAU, 2006). A partir disso, surge a noção do *agenda setting*, ou teoria do agendamento, que é a hipótese de que o público agenda seus debates em função do que a mídia veicula, pois os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos destacados na imprensa (PENA, 2010). Dessa forma, a seleção e a disposição de temas pela mídia acaba por definir sobre quais assuntos o público discutirá. Logo, o fato de interpretar determinadas

---

2 A interdependência assimétrica é uma relação de dependência entre dois ou mais países em que há uma grande disparidade de detenção de poder entre os envolvidos, o que acaba por afetar o vínculo em si.

mensagens, e não outras, já direciona sua percepção de mundo, impactando em seu comportamento político e condenando os temas excluídos da agenda à inexistência social (BARROS FILHO, 1995; MIGUEL, 2010).

Ainda, a necessidade de prender a atenção nos meios de comunicação transforma os acontecimentos políticos em ‘pseudo-eventos’, isto é, acontecimentos previamente planejados para se tornarem notícia (MIGUEL, 2010, p.17). Sendo assim, o fato de as agências internacionais de notícia fazerem parte de um oligopólio empresarial contribui não apenas para a homogeneização das matérias jornalísticas e para a falta de pluralidade de enfoque nas informações transmitidas, mas também para a espetacularização de acontecimentos. Esses fatores resultam em um “discurso monofônico e despersonalizado” (CAMARGO, 2010, p.131) sobre o que se passa no mundo.

Ademais, o *agenda setting* tanto insere determinados temas no imaginário coletivo, quanto influencia a manutenção de tais debates, afetando a estruturação da realidade social a longo prazo. Isto é, a significação que é conferida àquilo a que as pessoas estão expostas é também impactada pelo fator acumulativo dessa exposição, cuja frequência continuada acaba por influenciar na cognição (PENA, 2010). Uma ilustração desse fenômeno é a conotação que termos como ‘fundamentalismo’ e ‘terrorismo’, por meio da repetição na imprensa, adquiriram no imaginário coletivo nas últimas décadas.

O termo ‘fundamentalismo’, ainda que sua origem em um contexto anglo-americano e protestante durante uma controvérsia de cunho teológico<sup>3</sup>, é, atualmente, veiculado na mídia para se referir exclusivamente ao mundo árabe e islâmico. Englobando conotações de incapacidade de adaptação à modernidade e agressividade sanguinária de bárbaros contra o Ocidente, o termo diria respeito à pretensão de extrair princípios políticos a partir de textos sagrados (LOSURDO, 2010). Curiosamente, a aversão à cultura e à religião islâmica em si por parte dos Estados Unidos é totalmente fundada em um discurso também religioso, o judaico-cristão, fenômeno que é bem ilustrado pelo fortalecimento da teoria do Choque de Civilizações<sup>4</sup> no pós-11 de Setembro. De fato, ainda que a Casa Branca critique a centralidade da religião nas decisões políticas nos países muçulmanos, a própria sociedade norte-americana é muito pouco secularizada. Nos Estados Unidos, 70% dos habitantes acredita no diabo e mais de um terço dos adultos afirma falar diretamente com Deus. Além disso, a menção a Deus na justificativa

---

3 A Controvérsia Fundamentalista-Modernista, ocorrida durante as décadas de 1920 e 1930, diz respeito a uma divergência interna na Igreja Presbiteriana estadunidense, principalmente no que diz respeito à teologia e à eclesiástica, ou seja, acerca dos ‘fundamentos’ da fé.

4 A teoria de Samuel Huntington do Choque de Civilizações, publicada em 1993, defende que os principais conflitos no mundo no pós-Guerra Fria serão de cunho étnico e religioso. A classificação de países em diferentes civilizações, feita pelo teórico, propõe uma incompatibilidade no entendimento de mundo, para a qual o conflito resta como a única saída.

de decisões políticas também é presente, como no caso dos pronunciamentos de George W. Bush prévios à invasão ao Iraque, em que ele afirma que “Deus não é neutro diante do bem e do mal”, e que “Deus está com a América” (PRESIDENT BUSH, 2001).

Já o uso do termo ‘terrorismo’ na modernidade remonta à época da Revolução Francesa, tendo sido empregado para definir o extermínio em massa que ocorreu em meio à disputa pelo governo entre girondinos e jacobinos (SUTTI, 2002). Atualmente, ainda que se possa, em linhas gerais, definir ‘terrorismo’ como o uso da violência organizada em nome de motivações político-ideológicas (AMARAL, 2010), não existe uma unanimidade internacional acerca desse conceito. De fato, as divergentes definições sobre o tema têm atendido muito mais às demandas políticas e estratégicas dos atores estatais que ao consenso acadêmico (BARCELLOS, 2007). Dessa forma, ainda que se tenha clara a ideia de que a guerra em andamento é contra o terrorismo, não há nenhum esforço do Estado americano para esclarecer o que é o terrorismo, havendo apenas uma ampla discriminação do mundo islâmico, a qual se reflete diretamente no espaço midiático.

A investida antiterrorista envolve, inevitavelmente, diversas medidas de securitização ao redor do globo, intervenções as quais atendem a vários interesses da política externa estadunidense. Antes de observarmos as principais motivações dessa política, devemos, contudo, melhor compreender o conceito de securitização.

Na teoria dos complexos regionais de segurança da Escola de Copenhague (BUZAN et al., 1998), questões de segurança são abordadas pelos atores estatais como um tipo especial de política ou como estando acima da política, visto que pode haver uma ameaça existencial a determinado equilíbrio, o que justificaria medidas de emergência e ações extraordinárias ao processo político regular. No processo de legitimação da necessidade de medidas de securitização, o nível intermediário - isto é, nem indivíduo, nem sistema internacional, mas sim ‘comunidades limitadas’ (Estados, nações ou civilizações) - é o mais adequado. Essa constatação parte da ideia de que esse nível envolve um processo de construção social em que identificações como ‘nós’ e ‘outros’ são facilmente reforçadas. Em outras palavras, o nível intermediário é o mais propício para o desenvolvimento do sentimento de diferenciação de determinado grupo, o qual passa a se ver sujeito a ameaças externas. Tal fenômeno seria menos provável a nível micro (indivíduo) ou macro (humanidade) (BUZAN et. al., 1998).

O conceito de securitização foi, recentemente, revisado e expandido, surgindo a ideia de macrossecuritização por meio da operacionalização de níveis intermediários a níveis sistêmicos (BUZAN e WEAVER, 2009). Isto é, para além do nível médio de Estado e nação, a macrossecuritização refere-se

a ideologias, religiões universais, ou doutrinas que são capazes de incorporar e coordenar múltiplos níveis inferiores de securitização, como ocorre no caso da guerra global ao terror. A Guerra ao Terror subordina outras securitizações, dentre elas o combate ao narcotráfico, tornando-se esse assunto cada vez menos compreendido como autônomo (VILLA, 2014). No caso da Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, o fenômeno da macrossecuritização é facilmente perceptível no fato de que problemas como narcotráfico e contrabando passam a ser tratados cada vez mais inseridos no contexto do combate ao terrorismo. A fusão dessas problemáticas específicas também passou a ser denominada de 'nexo crime-terror', ideia que defende que dinâmicas de crime organizado e de terrorismo têm se expandido com tal velocidade e se tornado tão complexas a ponto de não mais se diferenciarem. Abandonando a ideia da *probabilidade* de o crime organizado financiar atos terroristas, o conceito de nexo crime-terror promovido por autoridades governamentais dos Estados Unidos expressa a *certeza* de que onde há crime, há terrorismo (AMARAL, 2010). Para melhor avaliar a questão da securitização da Tríplice Fronteira, vamos, primeiramente, expor as principais diretrizes da política externa estadunidense.

### **Política externa estadunidense: a escalada do neoconservadorismo no pós-11 de Setembro**

Logo após o final da Guerra Fria, o Pentágono, à frente do complexo industrial-militar dos Estados Unidos, já identificou novas ameaças e justificativas para intervenções armadas no sistema mundial que se transformava. Ainda que houvesse a percepção de que, naquele momento, não mais havia outro Estado, ou bloco de Estados, capaz de desafiar os Estados Unidos, as Forças Armadas do país necessitavam de novas motivações para manter os vultuosos recursos que recebiam anualmente, dinâmica importante para a estabilidade do país tanto política quanto economicamente (FIORI, 2008). Já nos últimos anos de existência do bloco soviético, uma nova ameaça internacional foi identificada: o narcotráfico. A fim de combatê-lo, George H. Bush ordenou, no final de 1989, uma mobilização de tropas que somava 25 mil soldados - a maior desde a Guerra do Vietnã - para intervir no Panamá, a *Operation Blue Spoon*, um dos primeiros testes de planejamento e execução conjunta de operações de contingência em países menos desenvolvidos no cenário contemporâneo (MONIZ BANDEIRA, 2005).

Além do narcotráfico, também o terrorismo internacional adquiriu importância na pauta estadunidense, tema o qual já era mencionado desde a revolução islâmica iraniana de 1979. Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos enfatizaram a ameaça representada pelo fundamentalismo islâmico, substituindo o 'perigo vermelho' - que era representado pela ex-União Soviética - pelo 'perigo

verde'. Uma década mais tarde, os atentados de 11 de setembro de 2001 causaram um profundo reordenamento da agenda internacional, trazendo definitivamente o terrorismo internacional para o centro das discussões e das medidas políticas.

A 'Guerra ao Terror', deflagrada por Bush como resposta ao 11 de Setembro, significou o ápice da preponderância dos projetos elaborados pela extrema direita republicana na política americana, cujos defensores - os neoconservadores - criam no *direito* dos Estados Unidos de domínio pleno do sistema internacional. Somados ao nacionalismo assertivo, houve um fortalecimento da direita evangélica e do fundamentalismo judaico, que defendiam a imposição pela força do modo de vida americano, tanto econômico quanto político, a todos os países, sobretudo ao mundo islâmico (MONIZ BANDEIRA, 2005). Esclarecendo as justificativas para deflagrar a guerra ao terrorismo, Donald Rumsfeld, um dos símbolos do neoconservadorismo estadunidense e Secretário de Defesa do governo George W. Bush, defendeu que o fim da Guerra Fria fez com que o ambiente familiar de segurança com que os Estados Unidos haviam se acostumado se dissolvesse, o que exigia que o país elaborasse novas formas de combate para "conter e derrotar adversários que *ainda não apareceram* para nos desafiar" (RUMSFELD, 2002, p.22, grifo da autora). Essa declaração de Rumsfeld revela uma característica central da política externa dos Estados Unidos no pós-11 de Setembro: a de guerra preventiva.

O estado de guerra permanente em escala planetária como estratégia principal dos Estados Unidos é o resultado da convergência de múltiplos interesses, dentre eles a importância da indústria bélica para a economia estadunidense, a dependência do petróleo, a necessidade de controlar o acesso de potências emergentes a determinados recursos, a busca de um novo paradigma de influência na pós-bipolaridade e a própria autoafirmação como potência hegemônica diante do sistema internacional. Esses fatores ajudam a compreender por que o terrorismo internacional é o alvo adequado: de definição controversa e organização difusa, é um inimigo que pode ser identificado e perseguido em diferentes locais e momentos, podendo nunca ser totalmente eliminado. A política externa estadunidense de guerra ao terrorismo acaba por afetar diretamente os mecanismos de segurança coletiva nas Américas, fato que será demonstrado a seguir.

### **Panorama sobre cooperação e segurança coletiva nas Américas**

As iniciativas de cooperação entre os países do continente americano remontam à época das Conferências Panamericanas, realizadas entre 1889 e 1948. O objetivo principal de tais reuniões era o fortalecimento dos vínculos comerciais como base para um ambiente pacífico e de cooperação regional. A intenção de redigir um tratado sobre arbitragem que evitasse o recurso à guerra

como meio de resolver controvérsias entre as nações americanas, bem como a proposta de criação de uma união alfandegária - iniciativas que vão ao encontro da busca por liderança no continente pelos Estados Unidos também têm início nesse período. De fato, desde a Primeira Conferência Interamericana, é possível identificar a definição de pautas de acordo com as prioridades da política externa estadunidense, padrão que se repetiria tanto nas conferências seguintes quanto em mecanismos criados posteriormente (DULCI, 2008).

Em 1948, a Organização dos Estados Americanos é criada a partir de uma lógica de coesão entre democracia e segurança. Inicialmente composta por 21 membros, a OEA expandiu-se, tendo todos os países americanos ratificado a Carta Democrática Interamericana até 1991<sup>5</sup>. Ainda que a Carta tenha sido reformulada algumas vezes, a insatisfação dos países membros com a organização internacional é uma constante, visto que a mesma possui um histórico de subserviência explícita aos interesses dos Estados Unidos. Contemporâneo à OEA, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) é assinado em 1947, no Rio de Janeiro, durante a Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e Segurança no Continente. O tratado teve por ideia principal a formação de uma frente de defesa mútua em caso de ataque a qualquer um de seus membros. Dado o contexto internacional de Guerra Fria, o TIAR serviu antes ao objetivo de contenção do comunismo do que propriamente como um mecanismo de dissuasão de ameaças externas a seus Estados associados (PAGLIAI, 2006).

Complementando os dois mecanismos anteriores, em 1962, foi criado o Colégio Interamericano de Defesa (CID), com vistas a preparar pessoal militar e funcionários civis cuja atuação fosse de responsabilidade hemisférica. O CID é vinculado à Junta Interamericana de Defesa (JID), a qual, constituída em 1942, tem por objetivo preparar gradualmente as Repúblicas americanas para a defesa do continente, mediante a realização de estudos e a recomendação das medidas destinadas a esse fim. A criação do CID foi criticada por diversos países, dentre eles o Brasil, pois este percebia que a internacionalização de Forças Armadas extravasava os limites de uma política de aproximação e ameaçava o processo de consolidação da democracia no continente, bem como facilmente poderia se converter em instrumento de intervenção (MONIZ BANDEIRA, 2010). De fato, em todos os mecanismos expostos, é possível identificar que a assimetria de poder entre os Estados Unidos e os demais membros influenciou decisivamente a formulação e o desenvolvimento da agenda política. Dito isso, é possível compreender o porquê de, durante a bipolaridade, os debates terem se

---

5 Cuba foi suspensa em 1962 por ter se aliado à União Soviética. Tal suspensão foi revogada em 2009, após um longo período de discussões entre os Estados-membro. A resolução de 2009 declara que a participação de Cuba na OEA será o resultado de um processo de diálogo iniciado na solicitação do governo de Cuba, e de acordo com as práticas, propósitos e princípios da OEA.

concentrado na contenção do comunismo, e, na pós-bipolaridade, o enfoque ter passado a ser o terrorismo internacional e o narcotráfico.

No pós-11 de setembro, embora os Estados Unidos tenham recuado momentaneamente seus esforços estratégicos na América do Sul para se concentrar na iminente invasão ao Iraque, as diretrizes americanas de combate ao terrorismo traduzem-se na busca de expansão da presença militar na região para combater novas ameaças. Paralelamente, ocorre a intensificação de negociações comerciais de tratados de livre-comércio e escolhas bilaterais de parceiros, em substituição à rejeitada Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA). De fato, os tratados bilaterais que surgiram como alternativa à recusa da ALCA foram, com frequência, integrados à lógica política contra o terrorismo e o 'Eixo do Mal'<sup>6</sup> por meio da coação, como no caso da pressão exercida sobre o Chile para obter apoio na invasão ao Iraque (AMARAL, 2010). A prioridade ainda maior conferida por Washington a uma agenda bilateral com os países americanos teve por consequência o esvaziamento da importância e da capacidade dos organismos multilaterais constituídos na ordem mundial anterior. Nesse contexto, o papel de sócio hegemônico que os Estados Unidos desempenham e tentam a todo custo continuar desempenhando nos órgãos interamericanos revela-se como um fator que dificulta a fixação de uma agenda comum no continente, mesmo que novas abordagens tenham sido propostas nas últimas décadas (PAGLIAI, 2006; SATO, 2000).

Iniciativas de cooperação independentes dos Estados Unidos, como é o caso do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e, mais recentemente, da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), provavelmente por não estarem subordinadas aos objetivos estadunidenses no subcontinente, não são necessariamente levadas em consideração por Washington. Nesse contexto, se incluem também as medidas conjuntas entre Argentina, Brasil e Paraguai no que se refere à Tríplice Fronteira, principalmente no âmbito do Mercosul. Mantendo em mente a dinâmica de segurança coletiva nas Américas, podemos prosseguir para uma análise mais completa da questão da suspeita de existência de células terroristas na Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai.

### **Tríplice Fronteira Argentina-Brasil-Paraguai: fronteiras vivas, presença árabe e suspeita terrorista**

A construção da Usina de Itaipu (1975-1982), cujo projeto incluía a ampliação dos sistemas de comunicação e a integração viária, abriu significativas possibilidades comerciais na Tríplice Fronteira, principalmente no sentido Brasil-

---

6 O 'Eixo do Mal' é uma expressão controversa criada por George W. Bush para se referir a países como Coreia do Norte, Irã e Iraque, considerados hostis aos Estados Unidos, possuidores de armas de destruição em massa e capazes de ameaçar a paz mundial.

Paraguai. Dentre os atraídos pelas oportunidades comerciais à região, não estavam apenas argentinos, brasileiros e paraguaios, mas também migrantes asiáticos e de origem árabe, sobretudo libaneses, dado o contexto de guerra civil que assolava seu país. O papel de tais migrantes é fundamental na consolidação de Foz do Iguaçu como centro comercial exportador brasileiro, e de Ciudad del Este como empório paraguaio de produtos importados. Isso é evidenciado pelo fato de que, duas décadas após a construção de Itaipu, 27% dos estabelecimentos comerciais em Ciudad del Este eram de comerciantes asiáticos e 24% de árabes (RABOSSO, 2004).

Nesse contexto de intensos fluxos humanos e comerciais, problemáticas como informalidade, pirataria, contrabando e tráfico de drogas surgem, e são recorrentemente relacionadas à carência de controle estatal. No entanto, é a partir dos ataques terroristas contra a Embaixada de Israel em Buenos Aires, em 1992, e contra a *Asociación de Mutuales Israelitas Argentinas* (AMIA), em 1994, que os Estados Unidos voltaram sua atenção para a América do Sul no que diz respeito ao terrorismo internacional. Inclusive, foi após esses dois atos que a zona de encontro entre Argentina, Brasil e Paraguai passou a ser denominada de Tríplice Fronteira (*Triborder Area*) - com letras maiúsculas e sem a especificação de quais fronteiras - , o que ilustra o caráter definitivo de seu destaque nos relatórios de inteligência e políticas estadunidenses para a América do Sul (RABOSSO, 2004).

A importante presença árabe na região é um dos pontos enfatizados pelos relatórios estadunidenses acerca da suspeita terrorista. Hoje, a comunidade árabe no encontro transfronteiriço é a segunda mais importante do subcontinente, sendo superada apenas pela de São Paulo. Ainda que não exista um censo específico sobre os árabe-descendentes que habitam as cidades do encontro fronteiriço, estima-se que cerca de 2% da população total da região seja de origem síria, egípcia, palestina e jordana, e mais de 3% de origem libanesa. O fato de uma parcela importante dos migrantes ser originária do Vale do Bekaa e enviar periodicamente dinheiro ao Líbano, levou diversas autoridades estadunidenses a pressupor que a Tríplice Fronteira estivesse servindo como fonte de financiamento do terrorismo internacional, e/ou como refúgio onde agentes de diversos grupos terroristas permaneciam imunes (AMARAL, 2010).

Ainda que os relatórios sobre terrorismo publicados pelo governo dos Estados Unidos tenham demonstrado uma crescente preocupação acerca do terrorismo internacional na América do Sul, o espaço para relatar as medidas de segurança adotadas por Argentina, Brasil e Paraguai é muito limitado, embora tais iniciativas tenham se intensificado ao longo da década de 1990. Antes mesmo dos atentados de 1992 e 1994, o tema da segurança na Tríplice Fronteira já fazia parte das discussões na América do Sul, o que se expressa na Primeira Reunião de Ministros da Justiça do Mercosul, em 1991. Em 1993, é elaborado o Projeto de

Acordo para a Aplicação dos Controles Integrados em Fronteiras entre os Países do Bloco. Dois anos mais tarde, um encontro entre os chanceleres argentino, brasileiro e paraguaio para discutir a segurança na região resultou em importantes projetos, dentre eles a criação de uma base de dados comum para a identificação de pessoas e veículos e o Comando Tripartite, cuja função é coordenar as ações policiais e aduaneiras entre as polícias federais dos três países. Em 1997, ocorre a assinatura do Convênio de Cooperação e Assistência Recíproca entre as Administrações das Alfândegas no Mercosul Relativo à Prevenção e à Luta Contra as Ilegalidades Aduaneiras, e, organizada pela Argentina, a Primeira Convenção Interamericana Contra o Terrorismo, na qual recomendou-se à OEA a criação de um comitê interamericano para tratar do assunto. Nessa mesma época, o Paraguai criou o Departamento de Prevenção e Investigação do Terrorismo, subordinado à sua Polícia Nacional. Não obstante, a pressão estadunidense sobre os países da Tríplice Fronteira para uma maior securitização da região prosseguiu, incluindo visitas de funcionários do governo aos três países (AMARAL, 2010).

O controle da zona fronteiriça foi um dos principais temas debatidos durante a Segunda Convenção Interamericana Contra o Terrorismo, em Mar del Plata, em novembro de 1998. Na mesma ocasião, promovida pela OEA, assinou-se o Compromisso de Mar del Plata, criando o Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE) proposto no ano anterior. Em 1999, é aprovado, no âmbito do Mercosul, o Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíprocas para a Segurança Regional, que abrange, além dos países do Mercosul, também Bolívia e Chile. Essa iniciativa objetiva a assistência recíproca entre os organismos de controle e as forças de segurança e policiais na troca de informações, além de buscar a implementação de sistemas de informação e comunicação (MERCOSUL, 1999). Outros órgãos que se destacam na abordagem da temática são o Grupo de Trabalho Especializado (GTE) do Mercosul, o Grupo de Atuação Financeira Internacional (GAFI) e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) (PANIAGO, 2007).

No Brasil, uma das medidas-chave do governo para o combate ao terrorismo internacional é a criação da Agência Brasileira de Inteligência Nacional (ABIN). Fundado em dezembro de 1999, tal órgão tem por função, dentre outras incumbências, a prevenção de atos terroristas por meio de “operações próprias, análises estratégicas e intercâmbio de dados com serviços de inteligência aliados e órgãos de segurança nacionais” (Ibid., p.25). A ABIN tornou-se o principal mecanismo brasileiro de prevenção ao terrorismo, assumindo um papel fundamental no monitoramento de supostos envolvidos em prestar apoio financeiro, logístico ou de recursos humanos a organizações extremistas.

Apesar de múltiplas medidas em prol da segurança coletiva promovidas por Argentina, Brasil e Paraguai, os Estados Unidos continuaram considerando insuficientes as iniciativas de tais países, exigindo um maior controle sobre a

região e incitando a participação de órgãos norte-americanos na securitização da Tríplice Fronteira. Além disso, no período entre o ataque à AMIA e os atentados de 11 de setembro de 2001, houve pouco debate no meio acadêmico sobre o tema e muitos estereótipos sobre a região foram propagados na mídia, fatores que contribuíram para que, no início da Guerra ao Terror, a Tríplice Fronteira já fosse vista com olhares de desconfiança. Em 2001, ainda antes dos atentados ao WTC e ao Pentágono, iniciaram-se os discursos por parte do governo estadunidense demonstrando a Tríplice Fronteira como um foco de ameaça. Na conferência ‘Novas Realidades no Hemisfério’, ocorrida entre 5 e 7 de maio, Dick Cheney, então vice-presidente estadunidense, demonstrou a preocupação do governo em relação à atividade terrorista na América Latina, em especial na Tríplice Fronteira. Cheney afirmava que o problema não era a possibilidade de existência de células terroristas na região, mas sim a continuidade. Tal discurso teve extrema importância não apenas por transformar uma suspeita em ameaça efetiva, mas também por ter sido pronunciado pelo vice-presidente (AMARAL, 2010).

Em 21 de setembro de 2001, Condoleezza Rice, então Conselheira de Segurança de George W. Bush, formalmente pediu que os governos de Argentina, Brasil e Paraguai intensificassem os controles no encontro transfronteiriço. Uma semana depois, Steven Monblatt, Subsecretário Antiterrorismo estadunidense, afirmou que Washington tinha certeza da presença de focos terroristas na área, os quais eram financiados pelo contrabando, ainda que não tenha apresentado dados empíricos para tal constatação (AITH, 2001). Em 27 de setembro de 2001, o jornal *The New York Times* veiculou uma reportagem em que informa que 40 agentes do FBI estavam rastreando a área da Tríplice Fronteira, e que havia evidências de que a região, uma fronteira maldita há décadas, tornou-se um ‘santuário’ para terroristas islâmicos. Ainda, a publicação define o encontro transfronteiriço como poroso e sem lei, em que todo e qualquer tipo de atividade criminal poderia acontecer (TERRORISTS ARE, 2001). Essa é uma das primeiras de muitas reportagens que serão amplamente difundidas na mídia internacional acerca da Tríplice Fronteira e, como as subsequentes, predominantemente estigmatizadora. Ainda, já apresenta outra característica muito utilizada durante a campanha midiática sobre o terrorismo nas fronteiras de Argentina, Brasil e Paraguai: a citação vaga, porém detentora de credibilidade, de que as evidências do que se informava teriam sido encontradas por sistemas de inteligência.

Em 14 de outubro de 2001, uma semana após as tropas estadunidenses chegarem ao Afeganistão, o jornal *Washington Post* publicou uma matéria em que descreve a Ciudad del Este como uma área sem lei e a potencialidade de ser um dos novos ‘fronts’ da Guerra ao Terror. Em 7 de novembro, a rede de televisão CNN, citando como fonte relatórios da inteligência, noticiou que terroristas encontravam refúgio na América do Sul, onde planejavam ataques contra alvos

norte-americanos e israelenses no hemisfério ocidental. A matéria da CNN gerou um desconforto diplomático entre os países da Tríplice Fronteira e os Estados Unidos, o que culminou com o pedido do então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso para ter acesso a tais relatórios. Em 16 de novembro, como uma aparente resposta à demanda brasileira, a emissora americana levou ao ar uma reportagem em que mostra um prédio abandonado em Cabul, que supostamente teria sido ocupado pela Al-Qaeda, e em cujo interior um pôster das Cataratas do Iguazu estava pendurado. Mesmo que posteriormente tenha se comprovado que a foto era uma falácia, a suposta presença da organização terrorista na Tríplice Fronteira entrou definitivamente na agenda de segurança regional e se tornou uma das principais justificativas usadas pelos Estados Unidos para requisitar uma maior participação nas políticas de controle da região (AMARAL, 2010).

Dois dias após a reportagem da CNN, o jornal *The New York Times* publicou uma matéria, baseada em informações do Departamento de Estado norte-americano, indicando a Tríplice Fronteira como um ponto focal para o extremismo islâmico na América Latina. No artigo, afirma-se que, há décadas, o encontro entre Argentina, Brasil e Paraguai é uma terra de ninguém, refúgio para bandidos e rebeldes. Ainda, o texto questiona os reais motivos da presença libanesa na região, ainda que se utilize de fontes vagas para embasar sua suspeita, como pode ser visto no seguinte trecho da matéria: “Eles dizem ser muçulmanos moderados, mas autoridades afirmam que entre eles há guerreiros santos da Al-Qaeda, do Hamas e do Hezbollah. Eles utilizam a região para recrutar homens para a *jihād* e financiar atos terroristas no Oriente Médio e na América Latina, segundo Washington” (THERE ARE, 2001, tradução da autora).

A reportagem, além de não citar as evidências que comprovam a presença e as atividades dos grupos terroristas, ainda relaciona o comércio de bebidas alcóolicas, cigarros e eletrônicos com o tema, bem como a prática da troca de placas de carros, o que explicaria a atração que a área causa em “homens maus de todo tipo” (Ibid.). Ademais, demonstra que oficiais estadunidenses não só suspeitam que existam células terroristas da Al-Qaeda na Tríplice Fronteira, mas também têm certeza absoluta que dezenas de milhares de dólares foram levantados na região para o Hamas e o Hezbollah. Nessa matéria, bem como em muitas outras reportagens que tratam da suspeita terrorista na região, as informações sobre a Tríplice Fronteira são expostas de forma incompleta e espetacularizada. A clara dramatização do que é exposto, além de desviar o foco dos dados em que se baseia, é utilizada como uma das maneiras de trazer e manter uma informação no *agenda setting*, pois a teatralização daquela a torna válida como notícia (*newsworth*) (BARROS FILHO, 1995).

Outra característica importante das reportagens encontradas é a relação estabelecida entre a presença árabe e as problemáticas sociais da Tríplice Fronteira

- como pirataria e contrabando - para justificar a existência do terrorismo. Desse modo, do ponto de vista dos Estados Unidos, a constatação do nexos crime-terror se dá devido à presença de árabes e de criminalidade em uma mesma região, o que dispensaria a necessidade de maiores dados objetivos acerca da existência de células terroristas na Tríplice Fronteira.

Ainda que os governos de Argentina, Brasil e Paraguai tenham intensificado a vigilância policial de suas fronteiras após tais acusações e compartilhado os projetos de cooperação que estavam em andamento na área, as manifestações de Washington sobre a Tríplice Fronteira multiplicavam-se na mídia, tanto em número, quanto na gravidade das acusações. O fato de não haver dados objetivos sobre o que se afirmava não impediu que o discurso sobre o encontro fronteiriço como uma área sem lei e de financiamento de células terroristas fosse repetido incansavelmente, traduzido e difundido ao redor do globo.

No *Patterns of Global Terrorism* (PGT) sobre o ano de 2001, o governo estadunidense afirma que os ataques de 11 de setembro implicavam em renovada atenção às atividades de organizações terroristas libanesas na Tríplice Fronteira, “área que hospeda grande população árabe” (ESTADOS UNIDOS, 2002, p.48, tradução e grifo da autora), “onde terroristas levantam milhões de dólares anualmente via atividades criminais” (idem, p.44, tradução da autora). Nesse sentido, não apenas nos discursos de altos funcionários do Estado é possível identificar a plena afirmação de fatos que na realidade não passam de suspeitas, mas também nos relatórios de seus órgãos de inteligência. Como se não bastasse, o fator étnico é claramente vinculado à ameaça terrorista.

Em 2002, diversas reportagens difundidas na mídia acirraram as contrariedades e os debates acerca da Tríplice Fronteira, os quais foram capazes de criar tensões entre os três países fronteiriços e os Estados Unidos. Em 28 de outubro daquele ano, a revista *The New Yorker* publicou uma matéria em que expõe novamente a longa reputação da Tríplice Fronteira como uma área sem lei, e adverte não mais apenas sobre o financiamento de células terroristas na região, mas também sobre a existência de campos de treinamento do Hezbollah. O artigo tenta claramente mostrar a Tríplice Fronteira como uma ameaça direta, embora pouco conhecida, aos Estados Unidos (GOLDBERG, 2002). Com tal matéria, percebe-se a naturalidade com que outras acusações vão sendo agregadas ao discurso promovido nessa campanha midiática: agora, a área é também sede de campos de treinamento, sem a necessidade de comprovar, nem mesmo citar as fontes de tais evidências.

Dez dias mais tarde, em 7 de novembro de 2002, a CNN veiculou uma reportagem sobre uma cúpula terrorista que teria ocorrido em Ciudad del Este, onde representantes de grupos como Hezbollah e Al-Qaeda teriam se encontrado. Referindo-se à Tríplice Fronteira como uma “área tribal” na América do Sul, a

matéria justifica tal encontro inusitado entre membros de grupos de orientações políticas divergentes pela existência de interesses comuns: “Francamente, como as coisas andam hoje, é crença de muitos expertos em terrorismo que não faz mais nenhuma diferença os rótulos de cada grupo, pois para todos eles existe um inimigo comum, que é os Estados Unidos e Israel” (INSIGHT, 2002, tradução da autora).

Em um trecho da reportagem, Miguel Toma, chefe do serviço de inteligência argentina, concede uma entrevista, na qual confirma que existe uma correlação direta entre o terrorismo na América do Sul e nos Estados Unidos. Por fim, como uma aparente justificativa sobre não haver dados mais específicos sobre o que se denuncia, o apresentador estadunidense afirma que os suspeitos em planejar e financiar atos terroristas na América do Sul espalharam-se “das florestas do Brasil aos desertos do Chile”, jogando uma perseguição de “gato e rato” com as autoridades e dificultando identificações. Amaral (2010) percebe a atitude da Argentina de participação na matéria como decorrente do interesse desta em se aproximar dos Estados Unidos, de quem necessitava de ajuda devido à crise econômica por que passava. Aparentemente, Buenos Aires buscava obter uma injeção de recursos ao se tornar parceira de Washington na Guerra ao Terror, seguindo o exemplo do Paquistão.

Em 8 de novembro de 2002, em resposta à atitude argentina, a embaixadora do Paraguai em Washington, Leila Rachid, protestou que nada sabia sobre as informações que Toma havia fornecido sobre a cúpula terrorista, e que o mesmo deveria ter compartilhado aquelas com as agências de segurança da região (AITH, 2002). Na mesma data, o Itamaraty emitiu uma nota em que menciona a vigilância rigorosa mantida pelo governo brasileiro no encontro fronteiriço desde a década de 1990, expondo que, até aquele momento, as autoridades brasileiras não haviam encontrado evidências de atividades terroristas na região. Além disso, o Ministério das Relações Exteriores reitera a importância de evitar a imposição de estereótipos que estigmatizem comunidades a partir de parâmetros étnicos ou religiosos, bem como afirma sua contínua disposição em cooperar com outros países na área de inteligência com vistas a identificar eventuais atividades terroristas em Foz do Iguaçu (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2002).

Tal episódio demonstra que, apesar dos esforços por maior vigilância e nenhuma evidência sobre a existência de financiamento ao terrorismo ou presença de terroristas na região, as pressões sobre os países da Tríplice Fronteira intensificavam-se. Na ocasião relatada, tal coação foi agravada pelo fato de a Argentina ter usado a polêmica da Tríplice Fronteira como uma espécie de barganha para obter apoio dos Estados Unidos em sua difícil situação econômica.

Algumas semanas mais tarde, no dia 15 de dezembro de 2002, o jornal *The New York Times* publicou uma reportagem em que compara a Tríplice

Fronteira com Casablanca (Marrocos) à época da Segunda Guerra Mundial, onde o tráfico, o contrabando e a corrupção seriam tão predominantes que, mediante pagamento, seria possível obter tudo o que se desejasse. Além disso, é afirmado que, no encontro fronteiro de significativa presença árabe, mais de 50 milhões de dólares já haviam sido 'lavados' e enviados a grupos terroristas. Ainda, a publicação classifica a Tríplice Fronteira como uma ameaça terrorista latente aos Estados Unidos, e sugere a urgência de um engajamento no seu controle (SOUTH AMERICA, 2002).

Seis dias depois, o mesmo jornal veiculou uma matéria em que expõe que Bush estava cada vez mais preocupado com as atividades de militantes islâmicos na Tríplice Fronteira, e que iria reunir esforços para estancar o fluxo de financiamentos enviados da região ao Oriente Médio (THREATS AND, 2002). Aqui, já é possível observar não apenas acusações por parte dos Estados Unidos, mas também que o país estaria se organizando para ativamente combater as ameaças que identificava. Nessa mesma época, por incentivo dos governos argentino, brasileiro e paraguaio, ocorreu a primeira reunião do Grupo 3+1.

O grupo informal, que teve seu primeiro encontro em 17 de dezembro de 2002, é uma tentativa de criar um canal único de divulgação de informações acerca de atividades que poderiam ter relação com o terrorismo na Tríplice Fronteira, buscando uma melhora na cooperação em segurança coletiva no subcontinente. No entanto, ainda que, geralmente, os países participantes emitam uma Declaração Conjunta após seus encontros, o contraste de posicionamentos sobre o tema não se atenuou com o Grupo 3+1:

A reunião quadrilateral [...] parecia indicar, ao menos inicialmente, que haveria uma mudança na postura acusativa dos Estados Unidos perante a Tríplice Fronteira. Eram, contudo, não mais que indicações. A multiplicação dos atores envolvidos diretamente nos debates acerca da questão da Tríplice Fronteira, a partir do ano de 2003, fez com que os discursos de acusação sobre a zona ecoassem com renovada força (AMARAL, 2010, p.211).

Após a criação do 3+1, os pronunciamentos unilaterais dos Estados Unidos acerca da suspeita terrorista na região não cessaram. O constante discurso estigmatizador da Tríplice Fronteira na mídia começou a reverberar também em publicações a públicos mais específicos: em julho de 2003, a revista *Foreign Affairs* veiculou um artigo sobre as alianças que a Al-Qaeda estava formando ao redor do mundo, e cita a área 'sem lei' da Tríplice Fronteira como um cenário delas:

A região de fronteira tríplice da América do Sul tornou-se a nova Líbia do mundo, um lugar onde terroristas com as ideologias mais díspares - rebeldes marxistas colombianos, supremacistas americanos brancos, Hamas, Hezbollah e outros - encontram-se para trocas comerciais. A preocupação atual das autoridades é que os grupos mais sofisticados convidarão radicais estadunidenses

para ajudá-los. Fundos levantados por organizações terroristas nos Estados Unidos são frequentemente enviados por meio da América Latina, que também tornou-se um ponto de parada importante para agentes que entram nos Estados Unidos (STERN, 2003, tradução da autora).

No artigo, novamente a articulação entre a Al-Qaeda e o Hezbollah é defendida, reiterando a ideia de que a Tríplice Fronteira é um espaço onde tudo é possível. Os estereótipos sobre a Tríplice Fronteira haviam alcançado tal grau que a zona passou a ser encarada como o “lar do improvável [...], onde o surreal poderia se tornar real” (AMARAL, 2010, p.213). Na ocasião, o embaixador brasileiro em Washington, Rubens Barbosa, enviou uma carta à *Foreign Affairs*, em que diz que o artigo baseia-se em pressupostos equivocados e informação incorreta. Ainda, o embaixador reitera a vigilância que os três países da Tríplice Fronteira mantêm em cooperação há mais de uma década. Um mês mais tarde, em agosto de 2003, Steven Monblatt, secretário executivo do CICTE, concedeu uma entrevista à imprensa argentina, brasileira e paraguaia durante uma visita a Foz do Iguaçu, em que diz que “não há dúvida de que, seja isso intencional ou não, o dinheiro daqui acaba chegando às mãos de terroristas” (DIPLOMATA AMERICANO, 2003). Ainda, Monblatt afirmou que o governo americano estava seguro que uma parte significativa do dinheiro que saía da região, de 10 a 12 bilhões de dólares ao ano, chegava a grupos como Hezbollah e Hamas, pois trabalhadores de boa-fé que remetiam dinheiro a seus familiares no Oriente Médio não podiam garantir sua destinação final.

Como é facilmente perceptível, dois anos após o início da campanha midiática estadunidense de estigmatização da Tríplice Fronteira, o financiamento do terrorismo na região já era tido como um fato e, apesar de o discurso ter agregado novas e mais sérias acusações, pouco foi esclarecido sobre as fontes de tais informações. Esse é um exemplo claro da credibilidade que governos e órgãos de inteligência conferem ao que é veiculado na mídia. Um dos resultados das pressões constantes dos Estados Unidos sobre os países da Tríplice Fronteira pela securitização da região foi, em julho de 2005, a aprovação no Congresso paraguaio, de 13 exercícios - dos quais 11 militares - que permitiram o ingresso de, inicialmente, 400 militares estadunidenses no país. Ainda que Washington e Assunção tenham negado a intenção do estabelecimento de uma base militar estadunidense no Paraguai, a decisão gerou reações negativas nos países vizinhos, por se tratar de uma iniciativa bilateral contrária aos esforços de cooperação multilateral na região (AMARAL, 2010).

A partir de 2005, reportagens em agências de notícias europeias, como a rede BBC e a revista Spiegel, repetem o discurso da presença de células terroristas na Tríplice Fronteira, bem como do levantamento de fundos enviado a outras partes do mundo. As matérias divulgadas por agências de notícias europeias,

expõem não apenas a disseminação do discurso estadunidense para outros continentes, mas também a total ausência de questionamento sobre a existência do fluxo de dinheiro entre a Tríplice Fronteira e o Oriente Médio.

Em 6 de dezembro de 2006, o governo americano divulgou à imprensa que havia identificado nove pessoas e dois estabelecimentos comerciais em Ciudad del Este que estariam arrecadando fundos para o Hezbollah. No pronunciamento, o Departamento do Tesouro americano refere-se à existência de uma rede financeira, coordenada por Assad Barakat, libanês naturalizado paraguaio e preso desde 2002 por evasão fiscal, a qual os Estados Unidos estariam reunindo esforços para dismantelar (EUA IDENTIFICAM, 2006). No dia seguinte, o Itamaraty emitiu uma nota, em que afirma que não há indícios da ocorrência de atividades ligadas ao terrorismo ou ao seu financiamento na Tríplice Fronteira, e reitera seu compromisso em cooperar com órgãos de inteligência internacionais. Além disso, expõe que a lista que os Estados Unidos divulgou à imprensa foi objeto de ampla discussão no âmbito do 3+1, e que as delegações dos três países sul-americanos confirmaram a inexistência de quaisquer dados que corroborassem as denúncias formuladas pelos Estados Unidos (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2006).

Tal episódio demonstra, mais uma vez, o desrespeito dos Estados Unidos ao Grupo 3+1, visto que sua declaração unilateral na mídia foi contraditória à concordância de que as informações sobre a lista eram insuficientes para comprovar vínculos de tais pessoas e estabelecimentos comerciais com o terrorismo. Independentemente do desconforto diplomático causado, um mês mais tarde, em 07 de janeiro de 2007, Washington novamente divulgou à imprensa que havia grupos que financiavam o Hezbollah e o Hamas na Tríplice Fronteira, e que poderia haver ainda uma ligação dos mesmos com comunidades de Curitiba e São Paulo (LA TRIPLE, 2007). Essa atitude dos Estados Unidos de desrespeito ao órgão de cooperação do qual faz parte, bem como de carência de dados empíricos que comprovem suas acusações cada vez mais sérias, repetiu-se incessantemente na mídia.

As reportagens acima expostas são apenas uma diminuta parcela de uma campanha midiática contínua promovida pelos Estados Unidos para estigmatizar a região, apresentar os governos locais como negligentes e justificar sua intervenção na Tríplice Fronteira. Durante essa campanha, é possível perceber que as manifestações da chancelarias dos países da Tríplice Fronteira sobre as informações que dispunham e as suas respectivas exigências de comprovações do que os Estados Unidos acusavam na mídia praticamente não afetaram o processo. Além disso, percebe-se um padrão cumulativo nas acusações, uma espetacularização dos fatos, e uma abrangência cada vez mais variada dos canais que incorporaram a pauta. Tal discurso não apenas fez com

que a securitização da Tríplice Fronteira entrasse definitivamente na agenda de segurança interamericana, mas também afetou claramente o bom funcionamento da cooperação nesse âmbito.

Segundo Barros Filho (1995), três aspectos da mensagem podem interferir no *agenda setting*: sua origem, seu veículo e seu conteúdo. No caso do debate sobre a securitização da Tríplice Fronteira, todos os três fatores tiveram um papel decisivo, dada a credibilidade da origem (os órgãos de inteligência estadunidenses), a abrangência do veículo (as mídias estadunidenses dominam o fluxo do mercado de comunicações) e a polêmica de seu conteúdo (a dramatização e a possibilidade de conflito potencializam o *agenda setting*). Exposta a maneira como tal inserção da Tríplice Fronteira foi feita na pauta política internacional, é facilmente perceptível que os meios de comunicação foram o instrumento político central da estratégia estadunidense, pois a repetição exaustiva de seu discurso na mídia criou uma versão própria sobre a realidade da região e seus problemas de segurança, influenciando, inclusive, a percepção de atores externos à temática do terrorismo no encontro transfonteiriço. Nesse contexto, é possível compreender como o *agenda setting* permite que a Tríplice Fronteira continue fazendo parte da agenda de contraterrorismo internacional, apesar de, há mais de 20 anos, a região ser monitorada por diversos órgãos e nenhuma evidência de atividade vinculada ao terrorismo islâmico ter sido encontrada.

### **Considerações Finais**

Sob a égide da democracia, o modelo de organização de Estado nas sociedades ocidentais faz com que a opinião pública, que é também eleitorado, adquira um caráter relevante nas estratégias dos governos, das quais seus sistemas de inteligência não ficam isentos. Assim, estratégias políticas são estruturadas levando em consideração o apoio da opinião pública internacional, ou ainda o constrangimento de outros Estados diante da mesma. Além disso, a dinâmica do fluxo de notícias no mundo retrata a dependência dos países periféricos, o domínio das agências internacionais de notícia e a preponderância das mídias estadunidenses na difusão. Diante dessa realidade, é preciso refletir sobre o quão democrático é o acesso que a população tem à informação, e o quanto a opinião pública pode ser percebida como um objeto político.

As ameaças difusas do pós-11 de setembro de 2001 trouxeram a oportunidade que os Estados Unidos necessitavam para pôr em prática projetos elaborados ao final da Guerra Fria, os quais se baseiam em diretrizes neoconservadoras de hegemonia a qualquer custo, unilateralismo e desrespeito ao Direito Internacional. De fato, as medidas militares adotadas por Washington no pós-11 de setembro são, legitimadas por outras razões, uma tentativa de manter a sua centralidade de poder, a qual é ameaçada pelo grau de dependência econômica,

e principalmente energética, que o país atingiu no sistema internacional.

Ainda que o Oriente Médio tenha sido o alvo principal da guerra ao terrorismo, os Estados Unidos buscaram a securitização a partir de sua lógica de diversas outras partes do globo, dentre elas a Tríplice Fronteira. De fato, é nesse encontro transfonteiriço que as medidas de macrossecuritização da investida contraterrorista se tornam mais explícitas na América do Sul, e a mídia é o principal espaço onde isso ocorre. Para além de um espaço geográfico, a Tríplice Fronteira tornou-se um espaço cognitivo sobre o qual se construíram representações fortemente negativas. Em meio à espetacularização e desinformação promovidas no discurso do governo americano, é possível identificar a lógica de preconceito étnico-religioso e a busca pela afirmação de valores da sua sociedade em contextos que possuem suas dinâmicas próprias. Os valores implícitos na retórica americana atentaram não apenas contra o mundo árabe indiscriminadamente, mas também contra os órgãos estatais da América do Sul, dos quais tentaram incessantemente esvaziar a validade das ações e sobre os quais divulgaram uma imagem de corrupção e negligência. Ainda, o nexos estabelecido entre crime e terror fez com que o país exigisse medidas dos governos argentino, brasileiro e paraguaio em âmbitos que de fato sempre foram problemáticas locais.

Nas suas iniciativas a respeito do tema, os Estados Unidos ignoraram completamente todo o histórico - no qual está envolvido - de promoção da segurança coletiva nas Américas, bem como basearam suas acusações em fontes genéricas e subjetivas, difundindo as significações sobre a área como uma zona sem lei, um santuário para os terroristas e tantos outros estigmas na mídia sem a necessidade de provas concretas sobre as ameaças que alertavam. A cooperação no âmbito do Grupo 3+1 não tem demonstrado resultados positivos, pois é recorrente o desrespeito ao mecanismo, por meio de atitudes unilaterais na mídia, por parte dos Estados Unidos. Como agravante disso, é possível identificar a dificuldade de os países sul-americanos em manter coesão nos seus posicionamentos, o que de fato é também uma dificuldade histórica na América Latina, dada a relação de poder assimétrica em relação aos Estados Unidos.

A partir de tais constatações, é possível concluir que as dificuldades no âmbito de cooperação interamericana em segurança, ainda que tenham raízes históricas, foram potencializadas pelo uso da mídia como um instrumento político. O caso da securitização da Tríplice Fronteira, o qual ainda está em curso, nos instiga a refletir não apenas sobre a necessidade de uma reformulação da dinâmica de cooperação em segurança coletiva nas Américas, mas também sobre a influência da assimetria de poder sobre a informação nos processos políticos atuais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AITH, Marcio. **Para EUA, crimes no Brasil financiam terror**. Folha de S. Paulo, São Paulo,

28 set. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2809200112.htm>>. Acesso em 16 mar. 2015.

AMARAL, Arthur Bernardes do. **A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

BACOCINA, Denize. EUA:Tríplice Fronteira financia Hamas e Hezbollah. **BBC**, Washington, 04 dez. 2006. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2006/04/060428\\_euatriplicefronteirarc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2006/04/060428_euatriplicefronteirarc.shtml)>. Acesso em: 23 out. 2012.

BARCELLOS, Carolina Souza. Ensaio sobre as distinções entre organizações guerrilheiras e terroristas. **Revista Brasileira de Inteligência**. V.3, n. 4. Brasília: 2007. Disponível em: <[www.abin.gov.br/modules/mastop\\_publish/files/files\\_48581dbdd7d04.pdf](http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/files/files_48581dbdd7d04.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2012.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na Comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 1995.

BUZAN, B.; WAEVER, O. Macrosecuritization and Security Constellations: Reconsidering Scale in Securitization Theory. **Review of International Studies**, v. 35, n. 2, p. 253-276, 2009.

BUZAN et. al. **Security: A New Framework for Analysis**. Londres: Lynne Rienner, 1998.

CAMARGO, Julia Faria. **Mídia e Relações Internacionais: Lições da Invasão do Iraque em 2003**. Curitiba: Juruá, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

DIPLOMATA AMERICANO liga Tríplice Fronteira ao terrorismo. **Folha Online**, São Paulo, 04 ago. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u61077.shtml>>. Acesso em: 02 nov. 2012.

DULCI, Tereza Maria. **As Conferências Pan-Americanas: identidades, união aduaneira e arbitragens**. São Paulo: USP, 2008.

ESTADOS UNIDOS. Departamento de Estado. Gabinete do Coordenador de Contraterrorismo. **Patterns of Global Terrorism 2001**, Washington: GPO, 2002. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/ct/rls/crt/>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

EUA IDENTIFICAM ‘agentes’ do Hezbollah na Tríplice Fronteira. **BBC**, Washington, 06 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>>

reporterbbc/story/ 2006/12/061206\_hezbollah\_dg.shtml>. Acesso em: 30 out. 2012.

FIORI, José Luís et al. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GOLDBERG, Jeffrey. In the Party of God. **The New Yorker**, 79, No. 32, 28 out. 2002. Disponível em:<<http://www.newyorker.com/magazine/2002/10/28/in-the-party-of-god-2>>. Acesso em: 20 mar 2015.

INSIGHT (Transcrição). **CNN**, 07. nov. 2002. Disponível em: <[http://edition.cnn.com/TRANSCRIPTS/0211/07/i\\_ins.01.html](http://edition.cnn.com/TRANSCRIPTS/0211/07/i_ins.01.html)>. Acesso em: 19 nov. 2012.

KEOHANE, Robert; NYE Jr., Joseph. Power and Interdependence in the Information Age.

**Foreign Affairs**, v. 77, n° 5, set/out, Council of Foreign Relations, 1998. Disponível em: < [academos.ro/sites/default/files/power\\_and\\_interdependence.pdf](http://academos.ro/sites/default/files/power_and_interdependence.pdf) >. Acesso em: 03 mai. 2012.

LA TRIPLE Frontera preocupa en EE.UU. **La Nación**, Buenos Aires, 07 jan. 2007. Disponível em: < <http://www.lanacion.com.ar/877122-la-triple-frontera-preocupa-en-eeuu>>. Acesso em: 29 ago. 2012.

LOSURDO, Domenico. **A Linguagem do Império**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTELART, Armand. **Comunicação Mundo: História das Ideias e das Estratégias**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MERCOSUL. CMC/DEC n.23/99. **Plan General de Cooperación y Coordinación Recíproca para la Seguridad Regional en el Mercosur, la República de Bolívia y la República del Chile**. Disponível em: <[http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas\\_web/Decisiones/ES/Dec\\_023\\_099\\_Plan%20Gral-Coop-Coord-Seg-Regional\\_MCS\\_BOLICHE\\_Acta%202\\_99.PDF](http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Decisiones/ES/Dec_023_099_Plan%20Gral-Coop-Coord-Seg-Regional_MCS_BOLICHE_Acta%202_99.PDF)>. Acesso em: 10 mar 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: HUCITEC, 2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Nota 433**: Nota Sobre a Alegada Presença de Grupos Terroristas na Região da Tríplice Fronteira. Brasília, 08 nov. 2002. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2002/08/nota-sobre-a-alegada-presenca-de-grupos>>. Acesso em: 17 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **Nota 670**: Tríplice Fronteira. Brasília, 07 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2006/07/triplice-fronteira>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Antonio. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Inegração na América do Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PAGLIAI, Graciela de Conti. Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais. **Revista Brasileira de Política Externa**, Brasília, 20 jun. 2006.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2010.

PANIAGO, Paulo de Tarso Resende. O papel dos serviços de inteligência na prevenção e no combate ao terrorismo internacional. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, V. 03, n. 04, set. 2007. Disponível em: <[http://www.abin.gov.br/modules/mastop\\_publish/files/files\\_48581dbdd7d04.pdf](http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/files/files_48581dbdd7d04.pdf)>. Acesso em: 06 mar 2015.

PRESIDENT BUSH Addresses the Nation. **The Washington Post**, Washington, 20 sep. 2001. Disponível em: <[http://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress\\_092001.html](http://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html)>. Acesso em: 24 mar. 2015.

RABOSSI, E. **Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado da fronteira**. Tese (Doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2004.

RESENDE, Erica Simone Almeida. **Aporia e Trauma na Crise de Significações do Onze de Setembro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

RIBEIRO, G. L. **Economic Globalization From Below**. *Etnográfica*, Vol. X (2), 2006.

RISK MAP Südamerika 2006. **Spiegel**, Hamburg, 16 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.manager-magazin.de/unternehmen/artikel/0,2828,399923-2,00.html>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

RUMSFELD, D. Transforming the Military. **Foreign Affairs**. Vol.81, 2002. Disponível em: <[www.foreignaffairs.com/articles/58020/donald-h-rumsfeld/transforming-the-military](http://www.foreignaffairs.com/articles/58020/donald-h-rumsfeld/transforming-the-military)>. Acesso em: 4 out. 2012.

SATO, Eiiti. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, ano 43, n. 1, p. 138-169, 2000.

SOUTH AMERICA Region Under Watch for Signs of Terrorists. **The New York Times**, Nova Iorque, 15 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.nytimes>.

com/2002/12/15/world/south-america-region-under-watch-for-signs-of-terrorists.html?pagewanted=all&src=pm>. Acesso em: 17 ago. 2012.

STERN, Jessica. The Protean Enemy. **Foreign Affairs**, jul./ago. 2003. Disponível em: <<http://www.cfr.org/world/protean-enemy/p6146>>. Acesso em: 23 nov. 2012.

SUTTI, P. **As Diversas Faces do Terrorismo**. São Paulo: Harbra, 2002.

TERRORISTS ARE Sought in Latin Smugglers' Haven. **The New York Times**, Nova Iorque, 27 set. 2001. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2001/09/27/international/americas/27PARA.html>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

THREATS AND responses: South America: U.S. Expanding Effort to Block Terrorist Funds in Latin Region. **The New York Times**, Nova Iorque, 21 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2002/12/21/world/threats-responses-south-america-us-expanding-effortblock-terrorist-funds-latin.html>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

VILLA, Rafael Duarte. O Paradoxo da Macrossegurização: Quando a Guerra ao Terror não securitiza outras 'guerras' na América do Sul. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 36, n.2, julho/dezembro 2014, p.349-383. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v36n2/0102-8529-cint-36-02-0349.pdf>>. Acesso em: 12 mar 2015.

Recebido em Outubro de 2014  
Aprovado em Novembro de 2014